

Funcef: e o déficit continua...

Desde 2011 a Funcef amarga resultados ruins em renda variável e investimentos estruturados, apesar de ter crescido em ativos e número de participantes de 2003 a 2010.

O fato é que estes resultados inviabilizaram metas e determinaram contribuições adicionais para integralização de reservas.

De seus quatro planos, o déficit no REG/Replan Saldado impõe, desde maio de 2016, contribuição adicional mensal de 2,78%. Com

os resultados de 2015, esse mesmo plano terá novo adicional de 7,9% a partir de 2017. Outro plano em déficit, o REG/Replan Não Saldado, também terá contribuição adicional que, para assistidos, circunda os 22% da suplementação.

Tendências - é possível que 2016 apresente resultado não tão ruim, embora não esteja eliminado o risco de novo equacionamento para 2018. Por fim, investimentos de maior impacto já foram contabilizados em perda em 2015 e

não produzirão impacto contábil em 2016.

Mas perdas contábeis não são exclusividade da Fundação.

A Tabela 1 (abaixo) mostra que os rendimentos dos investimentos da Funcef estão na média de resultados de fundos que a própria Caixa oferece a seus clientes

A comparação de rentabilidade entre os planos não considera o fato de que na Funcef os participantes têm somado à sua contribuição, a cada mês, igual

valor pago pela Caixa. Isto representa capital multiplicado por dois.

Exemplo: no Finv-1, a cada R\$ 1 aplicado, com a rentabilidade passados quatro anos o valor alcançou R\$ 1,39. Descontada a inflação, valor de R\$ 1,05.

No plano da Funcef, a cada R\$ 1 aplicado, o saldo após quatro anos totalizou R\$ 1,25. Descontada a inflação e somada a parcela depositada pela Caixa, o saldo alcançou R\$ 1,90.

Tabela 1 – Fundos de Investimentos da Caixa destacados, planos Funcef e fundos de pensão – rentabilidade acumulada 2012-2015

ano	rentabilidade em fundos de investimentos Caixa ⁽¹⁾						rentabilidade ⁽²⁾		INPC
	Finv-1	Finv-2	Finv-3	Finv-4	Finv-5	Finv-6	FUNCEF	EFPC	
2012	6,86%	2,21%	9,25%	14,84%	16,93%	3,05%	9,3%	15,37%	6,20%
2013	6,62%	4,95%	2,82%	-8,64%	-0,55%	-17,80%	7,0%	3,28%	5,56%
2014	9,34%	8,59%	7,69%	9,74%	5,37%	-6,35%	4,4%	7,07%	6,23%
2015	11,94%	10,92%	9,56%	10,20%	-12,25%	-16,56%	2,8%	5,22%	11,28%
índice acumulado	39,4%	29,2%	32,5%	26,9%	7,5%	-33,8%	25,6%	34,2%	32,5%
variação acima ou abaixo do INPC	5,2%	-2,5%	0,0%	-4,3%	-18,9%	-50,1%	-5,2%	1,3%	

Fonte: Caixa Econômica Federal e ABRAPP / (1) Finv-1: Caixa FIC Ideal RF Longo Prazo; Finv-2: FIC Fácil Renda Fixa Simples; Finv-3: FIC Estratégico Multimercado Longo Prazo; Finv-4: FIC Capital Índice de Preço RF Longo Prazo; Finv-5: FI Ações Consumo; Finv-6: FI Ações Ibovespa / (2) Funcef, consolidado dos planos; EFPC: média consideradas todas as entidades fechadas de previdência complementar

Versões e fatos - Tudo é temerário

‘Rombo ou perda’ foram plataformas à disputa eleitoral por cargos na Funcef. Com essas bandeiras todos os atuais ocupantes eleitos a cargos na Fundação nos Conselhos Deliberativo e Fiscal, processos de 2014 e 2016 e Diretoria Executiva, pleito em 2014, são identificados com o grupo de oposição ‘Controle e Resultado’.

O grupo que ocupa a Funcef é defensor de auditorias e tem posição contrária ao debate com associações de pessoal e sindicatos - representantes dos empregados.

Aos participantes, cultivou expectativa de que a mudança traria resultados melhores, mas não trouxe.

Passados dois anos e meio em Conselhos e Diretoria da Funcef,

números teimam em mostrar que resultados não se alteram pela ‘pregação’.

Mostram, também, que a alocação de investimentos - ponto mais criticado - sofre mudanças lentas, mantendo-se política de investimentos definida em gestões anteriores.

Na prática a nova diretoria optou por linha já prevista.

O Brasil cresceu pouco de 2011 a 2014 e, desde 2015, enfrenta forte recessão, que é determinante no resultado negativo da Funcef.

Percebe-se, ainda, pouca disposição dos eleitos em viabilizar ações que solucionem o débito da Caixa com a Funcef, por exemplo, os R\$ 2 bilhões da conta do

contencioso, principal fator do déficit.

Ressarcimento - o Conselho Deliberativo ainda não apreciou voto do ex-conselheiro Luiz Fermino (2012-2016), que apresentou proposta de ajuizamento de ação de regresso contra a Caixa, visando ao ressarcimento de valores do contencioso judicial.

Desde outubro de 2015 os conselheiros eleitos e indicados adiam a discussão. Em reunião de 11 de março de 2016, apenas o conselheiro Fermino foi favorável à apreciação da proposta.

Se o voto foi apreciado, não se sabe e nem foi dada transparência sobre seu resultado.

Contudo, ficou decidido que uma empresa seria contratada para

avaliar o contencioso, com prazo para a apresentação de laudo em 60 dias, também sem notícias.

Engavetamento - em maio de 2016, a Funcef publicou portaria que formalizou composição de grupo de trabalho para o debate do contencioso.

Mas a portaria foi ‘sobrestada’ por solicitação dos representantes eleitos pelos empregados. O assunto está engavetado.

Alinhamento - E por fim, com a última mudança na gestão da Funcef, a visão, agora, se alinha à política do governo Temer, da mesma forma que na Caixa e na Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar (veja mais informações na página 3).

Entenda como os planos definem a Taxa Mínima Atuarial (TMA)

A TMA é definida considerando-se indexador do plano e taxa de juros.

Para os planos da Funcef, Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e juros entre 5,54% e 5,67% (ano-base 2015).

A Taxa Mínima Atuarial indica o quanto o conjunto de ativos de investimento deve crescer para integralizar a reserva necessária.

Desde 2011, essa taxa não vem sendo alcançada, o que determina o déficit.

Tabela 3 – Planos administrados pela Funcef

ano	INPC	Taxa de juros	TMA ⁽¹⁾	rentabilidade	
				nominal	real ⁽²⁾
2009	4,11%	5,5%	9,84%	20,1%	9,37%
2010	6,47%	5,5%	12,32%	16,8%	4,02%
2011	6,08%	5,5%	11,91%	10,7%	-1,09%
2012	6,20%	5,5%	12,04%	9,3%	-2,41%
2013	5,56%	5,5%	11,37%	7,0%	-3,94%
2014	6,23%	5,5%	12,07%	7,1%	-4,46%
2015	11,28%	5,6%	17,53%	2,8%	-12,54%

Fonte: Funcef

Elaboração: Dieese - Subseção APCEF/SP

(1) Taxa Mínima Atuarial: resultado da multiplicação de INPC pela taxa de juros

(2) Taxa real: resultado da divisão da taxa nominal pela TMA

Funcef aplica mais recursos em renda fixa em 2015

A legislação impõe segmentos para classificação contábil dos ativos. São eles: *renda fixa*: contabiliza, predominantemente, títulos públicos; *renda variável*:

registra ações e fundo de ações; *investimentos estruturados*: inclui participação em empresas, em especial de infraestrutura; *investimentos imobiliários*: imóveis para

renda, imóveis próprios, shoppings centers, hotéis; *operações com participantes*: com empréstimos e financiamentos a participantes. Confira Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Planos e segmentos de aplicação - dezembro de 2015

Plano e Segmento	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não Saldado		Novo Plano		REB	
	Em mil R\$	proporção	Em mil R\$	proporção	Em mil R\$	proporção	Em mil R\$	proporção
Renda Fixa	20.946.519	52,3%	2.348.892	53,5%	5.588.529	66,3%	785.106	54,9%
Renda Variável	9.240.033	23,1%	1.056.541	24,0%	1.530.604	18,1%	354.243	24,8%
Estruturados	3.909.177	9,8%	408.911	9,3%	350.685	4,2%	101.153	7,1%
Imobiliários	4.709.328	11,8%	504.223	11,5%	62.909	0,7%	64.652	4,5%
Op. Participantes	1.255.097	3,1%	74.582	1,7%	901.456	10,7%	143.595	10,0%
Outros	3.449	0,0%	51	0,0%		0,0%	16	0,0%
total	40.034.416		4.393.272		8.434.199		1.429.770	

Fonte: Funcef

Elaboração: Dieese - Subseção APCEF/SP

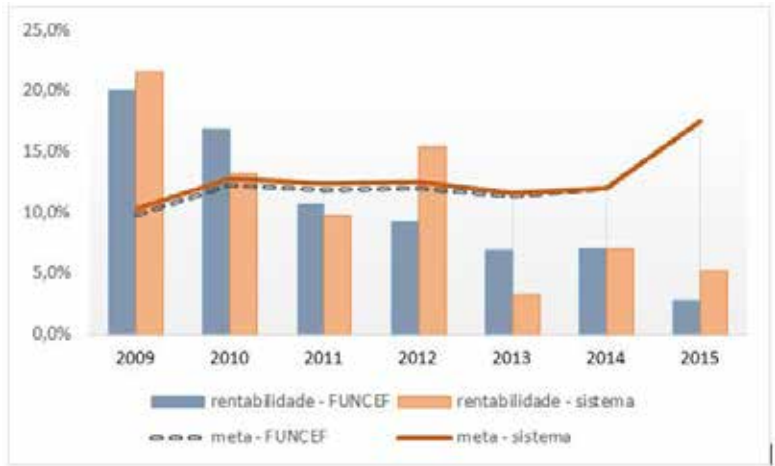
Fundos de pensão apresentam perda contábil nos últimos anos

Considerando-se acumulado desde 2009, os planos da Funcef registram perda contábil de 11,86%. O resultado do sistema de previdência fechado, no mesmo período, é de perda contábil de 12,51%. Por estes números chega-se a diferença de 0,65 ponto.

Expediente

Diretor-presidente: Kardec de Jesus Bezerra. Diretor de Imprensa: Amauri Nogueira da Cruz. Jornalistas (textos e revisão): Luana Arrais (Mtb 007108-4), Raissa Torres (Mtb 74.111), Raquel Benini (Mtb 39.593) e Tania Volpato (Mtb 24.688). Diagramação: Marcelo Luiz. Impressão: TM Gráfico. Tiragem: 13 mil exemplares. Sede: Rua 24 de Maio, 208, 10º andar, República, capital.

Gráfico 1 - Rentabilidade e taxa atuarial (meta): sistema e Funcef



Fonte: Funcef e Abrapp. Elaboração: Dieese - Subseção APCEF/SP

A visão contábil dos fundos de pensão

Fundações que administram planos de benefícios de previdência complementar - Funcef, entre elas - recebem as contribuições de participantes e patrocinador para transformá-las em ativos de investimentos - títulos públicos, ações, participação em empresas, imóveis, operações de crédito com os próprios participantes.

A valorização desses ativos em patamar igual ou superior à rentabilidade esperada viabiliza a constituição de reservas para o pagamento de benefícios.

Déficit ou prejuízo?

Ativos de investimento têm valor contábil ajustado permanentemente. Por exemplo: ações negociadas em bolsa de valores são contabilizadas segundo cotação em mercado.

Assim, se o plano adquirir um lote de mil ações de uma companhia por R\$ 35 mil e, passado determinado período, o valor de mercado cair a R\$ 25 mil, essa queda será registrada contabilmente.

Prejuízo? Não necessariamente, se o ativo for mantido em carteira para negociação em momento oportuno.

Perda contábil? Sim. O valor contábil sofreu desvalorização de 28,6%, o que pode ocasionar déficit.

O mesmo princípio se aplica à carteira de imóveis, participação em empresas e demais bens e direitos.

Como se define superávit ou déficit?

O plano calcula o dispêndio que terá com o pagamento de todos os compromissos para todos os participantes.

O montante representa, em valor presente, a reserva necessária para honrar esse passivo.

Calcula, ainda, quanto soma o ativo de investimento em valor atual. Se o total do ativo for superior ao do passivo, há superávit; se o passivo for superior, déficit.

Notícias sobre Funcef no site da APCEF/SP: [www.apcefsp.com.br/informacoes>Funcef](http://www.apcefsp.com.br/informacoes/Funcef)

Prorrogação do equacionamento: será uma cilada?

A Funcef divulgou nota, em 18 de janeiro, em que trata de pedido à Previc para extensão de prazo para apresentação do plano de equacionamento do REG/Replan, modalidades Saldada e Não Saldada, referente ao exercício de 2015.

A Fundação justifica que há divergência no entendimento de questões relacionadas à propor-

cionalidade das contribuições extraordinárias e que busca formas de manter a responsabilidade paritária entre a Caixa (patrocinadora) e os participantes e assistidos.

Desconfiança - a quem interessa adiar o prazo de equacionamento do déficit dos planos?

Aos participantes certamente não interessa. Afinal, os valores a serem equacionados continua-

rão pendentes e, enquanto isso, a patrocinadora 'ganha tempo' para articular seus interesses.

Política de redução - a Caixa, como empresa pública, seguirá política do governo Temer de corte de gastos. Afinal, o governo demonstra que privilegia o pagamento da dívida pública em favor de instituições financeiras e, para tanto, torna sagrado o superávit

primário. Para alcançá-lo impõe corte de orçamento público em educação, saúde, previdência e, ainda, redução de investimentos nas estatais. A tentativa é isentar a Caixa com dispêndio do equacionamento.

Isso abre precedente perigoso. Cria a ideia de que a Caixa pode ficar isenta de sua responsabilidade com déficit.

Eleitos não se manifestam sobre graves denúncias de farras de aliados de Temer na Funcef

“Há uma farra do Partido Progressista na Funcef”.

Com a afirmação acima, em coluna no jornal Correio Braziliense, de 11 de janeiro, os jornalistas Vicente Nunes e Antonio Temóteo publicaram a denúncia.

Muitas críticas foram direcionadas ao governo anterior quanto a possível utilização política da Funcef pelo Partido dos Traba-

lhadores. As especulações resultaram em Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, já concluída.

Agora, no governo Temer, de acordo com a publicação, “a sede da Funcef, em Brasília, se transformou num ponto de encontro de deputados do Partido Progressista (PP), que dá sustentação ao governo no Congresso Nacional. E o presidente da Fundação, Carlos Antônio Vieira Fernandes, ao invés de se preocupar com o déficit superior

a R\$ 18 bilhões, só se preocupa em atender os pedidos do partido.”

Com isso, “o rombo na Funcef só cresce”, afirma a publicação.

Empregados - a mesma coluna diz que os empregados estão preocupados e que não enxergam nos eleitos reação sobre as denúncias publicadas. A Funcef, por sua vez, não se manifesta oficialmente quanto a estes noticiários.

Caixa - também comandada pelo Partido Progressista, na Cai-

xa o quadro não é diferente.

O Correio Braziliense afirma que “a sala de reuniões da diretoria se transformou em um grande restaurante para acomodar deputados e senadores do partido que procuram o presidente do banco, Gilberto Occhi”.

Sem reação - curiosamente, principais meios de comunicação, que destacavam notícias deste tipo, hoje não se dão ao trabalho de reproduzi-las.

Caixa, cadê a sua parte no contencioso?

O contencioso é, isoladamente, o maior fator de déficit e de risco para os planos da Funcef.

A Caixa é uma interminável fábrica de ações em razão de direitos não reconhecidos de seus empregados. Na prática, divide o seu passivo trabalhista com os participantes da Funcef.

Cada sentença executada significa imediata saída de recursos

dos planos, isto é, da conta de todos os participantes.

Provisões para bancar condenações judiciais não são conjunturais e, sim, estruturais.

Essa rubrica contábil registra risco de perda em razão de condenações judiciais.

Admite três classificações: perda remota, com baixíssima probabilidade de execução; per-

da possível, com probabilidade de execução em 50% dos casos; perda provável, com probabilidade de execução em todos os casos.

A perda provável na Funcef, que é obrigatoriamente contabilizada, é de R\$ 1,988 bilhão em dezembro de 2015 (em outubro de 2016, alcançava R\$ 2,2 bilhões). Principais demandas: função de confiança, R\$ 703,4 milhões,

35% do total provisionado; CTVA (Complemento Temporário Variável por Ajuste de Mercado), R\$ 585,6 milhões, 29,5%; e hora extra, R\$ 183,2 milhões, 9,2%.

A perda possível não é provisionada. Existe, apenas, menção em demonstrações financeiras. Em dezembro de 2015, essa rubrica somava R\$ 7,6 bilhões, dos quais R\$ 4,098 bilhões (54%) relativos a CTVA e R\$ 1,661 bilhão de ações de horas extras. Se a estimativa da Funcef de risco de 50% de condenações se confirmar, os planos ganharão conta adicional, ao longo do tempo, de R\$ 3,8 bilhões.

A perda remota não é objeto de menção ou de provisão.

Segundo a Funcef, mais de 90% do montante em perda provável refere-se a processos que envolvem trabalhador e empregadora.

Como se vê pela natureza das ações, o mesmo ocorre com a perda possível.

Tabela 5 – Exigível contingencial (contencioso) / 2015 - perda provável

plano - posição em dezembro de 2015 ⁽¹⁾	contencioso (perda provável) em milhares de R\$	participantes do plano ⁽²⁾	valor por participante ⁽³⁾ Em R\$
REG/REPLAN Saldado	R\$ 1.495.976	57.408	R\$ 26.059
REG/REPLAN Não Saldado	R\$ 419.214	5.969	R\$ 70.232
REB	R\$ 50.766	713	R\$ 71.201
Novo Plano	R\$ 24.231	4.873	R\$ 4.973
Programa de Gestão Administrativa (PGA)	R\$ 8.314		
Total do Contencioso	R\$ 1.998.501	68.963	28.979

Fonte: Funcef

Elaboração: Dieese - Subseção APCEF/SP

Nota (1) No PGA são contabilizados ativos e passivos da Funcef / Pessoa Jurídica

Nota (2) Para o Novo Plano e REB, considerados apenas participantes assistidos, uma vez planos

Nota (3) Valor do contingencial a cada participante, em uma hipotética divisão

Não há prejuízos no investimento na Vale, mas elevada perda contábil

O Fundo de Investimentos em Ações Carteira Ativa II (CAT-II) é o meio de participação dos planos da Funcef no capital da Companhia Vale.

Criado em 1997, quando da privatização da companhia, recebeu aporte inicial de R\$ 251 milhões.

Seu valor contábil é definido, a cada ano, por avaliação econômica,

metodologia centrada em variáveis como a estimativa de rentabilidade futura.

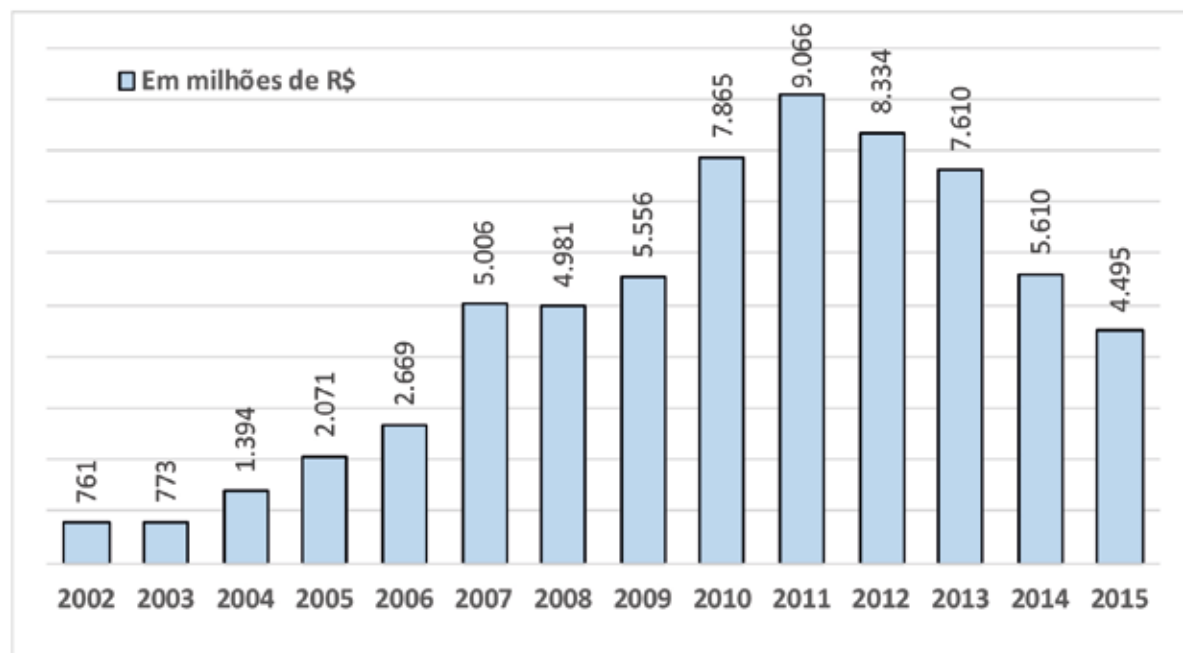
Considera-se, para a estimativa, mercado em que atua a companhia, evolução de vendas, lucratividade, entre outros indicadores.

Observa-se, também, acréscimo de 20% por prêmio de controle (o montante de capital do investidor permite interferir em decisões da

companhia).

No **Gráfico 2**, registra-se o valor contábil a cada ano, desde 2002. A redução que se contabiliza desde 2012 causa perda no valor da reserva. É contábil, pois a participação não foi negociada; não há prejuízo, pois de 1997 a 2015 a rentabilidade desse FIA foi de 81,3% acima de taxa mínima atuarial.

Gráfico 2 - Avaliação FIA Carteira Ativa II



Fonte: Funcef e Abrapp. Elaboração: Dieese - Subseção APCEF/SP

Participação na Vale: vender ou não vender?

* Fonte: Fenae

A Vale é um dos principais investimentos da Funcef, equivalente a quase 10% do patrimônio dos planos.

Hoje, da participação que detém na Vale (R\$ 4,5 bi), 89,9% estão alocados no REG/Replan Saldado, plano mais impactado por esse investimento (16,4% do déficit a equacionar de 2015).

Com o término do acordo de acionistas, que por 20 anos impediu a venda das ações, a Funcef começou a cogitar a negociação desse ativo.

No entanto, não está claro se essa seria mesmo a melhor opção.

Diante da relevância do assunto, a Fenae propõe à Funcef que compartilhe com os participantes avaliação mais aprofundada da questão e realize plebiscito para

subsidiar a decisão.

Proposta da Fenae:

1) Acesso à informação - analisar desde o potencial de recuperação do valor das ações até o real impacto desse investimento em cada plano da Funcef.

A Federação solicita que seja feito um estudo criterioso e que esse material seja compartilhado com os participantes, de forma clara e acessível.

2) Campanha de esclarecimento - a Fenae, ainda, solicita à Funcef que dê ampla divulgação às informações relativas à Vale, por meio de seus canais institucionais ou com o envio de materiais explicativos aos participantes.

3) Realização do plebiscito - a partir do amplo acesso às infor-

mações sobre a Vale, a Federação sugere a realização de um plebiscito para subsidiar as decisões do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva.

Perspectiva - a Funcef associa a evolução do investimento na Vale ao histórico de cotação do minério de ferro, que entre janeiro 2012 e dezembro de 2014, apresentou forte queda. Já a Vale, apresenta uma tendência de alta no preço do minério em 2016.

Por isso, é preciso analisar a fundo a situação da Vale, os impactos sobre os planos da Funcef e qual o potencial de valorização das ações da companhia. Os participantes precisam ser inseridos nesse processo com total acesso às informações.

Confira outros investimentos com impacto nos resultados da Funcef:

FIP Sondas

Constituído em 2010, o fundo se vincula à Companhia Sete Brasil S.A. Essa companhia foi criada para a aquisição junto a estaleiros de navios-sonda a serem afretados à Petrobras. A perda prevista é de R\$ 1,708 bilhão. O projeto não se viabilizou, dada a redução de investimentos da Petrobras, e a Sete Brasil formalizou pedido de recuperação judicial. O prejuízo não é só da Funcef. Segundo o jornal Valor Econômico, edição de 24 de agosto, a provisão para perda com a Sete Brasil das quatro maiores instituições financeiras do país soma R\$ 8,7 bilhões.

FIP Global

O segundo FIP é o Global Equity Properties. Foi formado para composição de carteira de ações ou valores mobiliários de empresas com atuação no mercado imobiliário, preferencialmente sociedade de propósitos específicos (SPE). Segundo a Funcef, o fundo sofreu as consequências da retração econômica no país, inviabilizando-se. Foram provisionados R\$ 171,7 milhões para perda.

FIP OAS

O terceiro FIP é o OAS Empreendimentos. Constituído em 2013, recebeu aporte de R\$ 200 milhões do total de R\$ 400 milhões previsto. Com as denúncias envolvendo controladores da OAS na operação "Lava Jato", a companhia apresentou pedido de recuperação judicial. Contabilmente, a previsão para perda é de R\$ 170,1 milhões.

Ibovespa

Renda variável pesa negativamente para os planos de fundos de pensão, especialmente por ações da Companhia Vale e ações referenciadas no índice Ibovespa, Bolsa de Valores.

A comparação com os fundos oferecidos pela Caixa e resultados acumulados pode ser observada na Tabela 1 (pág1).